

Este livro é baseado na excelente análise feita pelas equipas nacionais ao abrigo do programa da África e América Latina.

Isto confirma o que já havia sido dito anteriormente que os montantes....., mais diversificado por país de origem (especialmente Sul), e tão voláteis como os dos maiores mercados emergentes. Isto também mostra que os investidores estão notavelmente positivos em suas intenções de aumentar futuros investimentos, mesmo nos países com riscos relativos, tendo superado percepções negativas e enfrentado uma realidade com investimentos de alto retorno. Seguindo o impacto dos capitais privados estrangeiros nos países de baixa renda em África e na América Latina com mais pormenor, este livro mostra por que razão, se a análise empreendida pelos próprios países tivesse sido mais amplamente entendida, a comunidade internacional poderia ter respondido mais rapidamente e impedido que o impacto da crise financeira mundial fosse tão pernicioso. Contudo, também dá uns sinais de aviso claros em relação ao pressuposto de que os fluxos privados são automaticamente ou suficientemente positivos para o desenvolvimento. Primeiro, em termos de estabilidade.

Os Capítulos 1 e 2 constataam um alto grau de volatilidade para todos os fluxos privados (incluindo o IDE supostamente "mais estável") antes da crise: até mesmo a ajuda é menos volátil e mais calendarizada na maior parte dos países. A crise sublinhou que os fluxos privados não constituem uma fonte de financiamento estável e previsível.

Segundo, a análise dos países no Capítulo 3 frisa o alto grau de financiamento da dívida usado para o que se afigura como projectos de "equidade" para as agências de promoção do investimento e os analistas internacionais. Isto realça o alto risco de dívida que os capitais privados estrangeiros acarretam e que a comunidade internacional precisa de monitorizar rigorosamente para evitar futuras crises da dívida privada. Também tornou os países vulneráveis a quedas nos CPE, visto que a crise afectou a concessão de empréstimos.

Terceiro, a análise pormenorizada de estudos de caso dos sectores dos países no Capítulo 5 mostra que muitos dos "sectores prósperos (boom)" para o IDE não estavam – mesmo antes da crise – a fornecer benefícios sustentáveis para o crescimento e a redução da pobreza, em termos de emprego, receitas orçamentais e transferência de tecnologia e competências. Também mostra a volatilidade dos sectores prósperos, indo muito além da vulnerabilidade das mercadorias por causa dos laços estreitos a altos e baixos sectoriais em países de origem e mercados mundiais.

Quarto, os investidores entendem que os progressos dos ODM são essenciais ao êxito das suas empresas – porque aumentam a competência dos trabalhadores, reduzem a prevalência de doenças, fornecem mais insumos locais e combatem as alterações climáticas e outra degradação ambiental. Porém, a maioria não está a fazer o suficiente para pagar impostos para que o governo possa gastar mais nos ODM ou (conforme se indica no Capítulo 5) para contribuir com os seus próprios fundos para estes objectivos.

Quinto, apesar de grandes melhorias na monitorização, análise e formulação de políticas discutidas no Capítulo 6, muitos países ainda não sabem ao certo o que se está a passar com os fluxos ou como conceber políticas para maximizar a sua contribuição para o desenvolvimento dos tipos discutidos no Capítulo 7. Por isso, continuam altamente vulneráveis a futuras crises.

[Crise financeira e fluxos de capitais privados para países de baixa renda: experiências recentes.](#)